

Sem ajuste fiscal, dívida interna explode

Gustavo Patú

A explosão da dívida mobiliária federal é a consequência mais visível da falta de um ajuste fiscal na gestão de Marcílio Marques Moreira à frente do Ministério da Economia. Obrigado a concentrar todos os esforços para o controle da inflação na política monetária, o Governo viu sua dívida em títulos públicos crescer nada menos de 3.952,76 por cento nos últimos 12 meses, para uma inflação na casa de 1.103,17 por cento (IGP-DI centrado e acumulado, FGV).

Foi há exatamente um ano que o Banco Central elevou as taxas de juros acima da inflação, com o objetivo de reduzir a atividade econômica e a subida dos preços, além de atrair o capital estrangeiro para suas reservas internacionais. A segunda meta foi atingida — o volume de divisas saltou, no período, de sete para 19 bilhões de dólares, no conceito de caixa, ou seja, capital disponível a curto prazo.

Quanto à queda da inflação, os resultados são discutíveis. A equipe econômica argumenta que foi evitada a hiperinflação, ainda que sob os efeitos de uma recessão prolongada, com de-

semprego e arrocho salarial. O próprio presidente do BC, Francisco Gros, admite, porém, que a falta do ajuste fiscal é a principal responsável pelos persistentes índices no patamar de 20 por cento há quase um ano.

De setembro do ano passado para cá, o Governo vem retirando os recursos disponíveis na economia através de um endividamento sistemático. Para isso, o BC toma dinheiro “emprestado” das grandes instituições financeiras, a juros altos e geralmente a curto prazo. Às vésperas de pagar a dívida, o banco retira ainda mais dinheiro do mercado, gerando uma espécie de bola de neve em forma de títulos públicos, especialmente os BBC (Bônus do BC) de 28 dias.

Plano Nada — Nesse período ficou acentuado o método monetarista do ministro Marcílio, avesso a choques, congelamentos de preços e prefixação, que chegou a ser apelidado de “Plano Nada” por economistas fora do Governo. Em sua cartilha ortodoxa, entretanto, Marcílio mostrou não ter nada de *soft*: em sua administração, o volume de dinheiro em poder da população e nas contas correntes caiu à meta-de em termos reais. Esta soma,

que representava três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em maio de 1991, hoje não passa de 1,6 por cento do PIB.

Em comparação, o endividamento do Governo somente em títulos federais ultrapassou os Cr\$ 180 trilhões, ou 8,5 por cento do PIB nacional. A mesma dívida deixada pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello era equivalente a dois por cento do Produto. Analisando somente os últimos 12 meses, é como se o Governo tomasse dinheiro emprestado a juros de 236,84 por cento ao ano, além da variação da inflação.

Contra os números assustadores, o Governo argumenta que o aumento da dívida mobiliária corresponde à redução da dívida externa líquida, devido à entrada de dólares, e da dívida em cruzados novos, herdada por Marcílio e quitada no mês passado. A área técnica aponta, porém, que foram trocadas dívidas menos onerosas — os cruzados, por exemplo, eram remunerados pela TR mais oito por cento ao ano — por uma dívida que cresce a juros reais médios de 16 por cento ao mês. Questionado sobre essa diferença, uma das principais autoridades do BC respondeu: “O que é que nós podemos fazer?”.



Gros acha que sem ajuste fiscal inflação não deve cair